

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O terceiro elemento

O ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung acertou o ingresso no PSD. Em princípio, concorrerá ao Senado. Mas no caso de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), desistir de disputar a Presidência da República, e o governador tucano Eduardo Leite (RS) mudar de ideia quanto ao ingresso no PSD para concorrer ao Planalto, Hartung será candidato a presidente.

Os projetos de Vitor Hugo

O líder do PSL, deputado Vitor Hugo (GO), esteve com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, em busca de um espaço para concorrer ao governo de Goiás e conquistar a Comissão de Constituição e Justiça (CC).

Os cálculos de Vitor Hugo

Ainda que o novo União Brasil não indique Vitor Hugo formalmente para o comando da CCJ, os aliados dele acreditam que os integrantes do PL, os bolsonaristas do União Brasil e ainda o PP podem ajudar a garantir a presidência da comissão contra o nome que for oficializado pelo UB. Falta combinar com o partido e com Arthur Lira (PP-AL), que não gosta de marola quando fecha um acordo.

No máximo, uma coligação entre PT e PSB

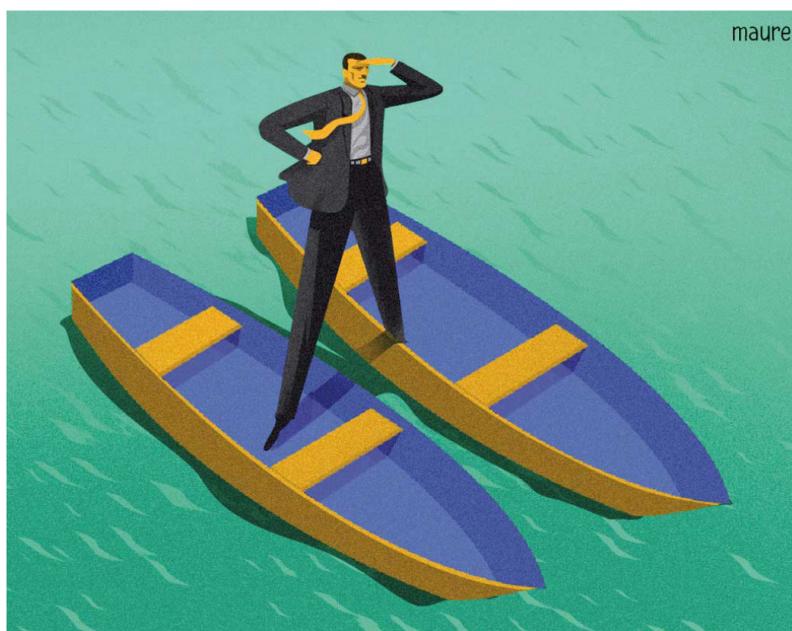
Conforme a coluna publicou, a novela da federação entre PSB e PT segue para um desfecho de cada um seguir o seu caminho — ou seja, sem federação e com o acerto de coligações em alguns estados. Os dois partidos querem disputar o governo de São Paulo. E, nesse sentido, o ex-governador de São Paulo Márcio França vai trabalhar a candidatura ao Palácio dos Bandeirantes, conversando, inclusive, com Ciro Gomes (PDT).

Bolsonaro, o equilibrista

A discussão da PEC dos Combustíveis será nos moldes do que tem dito o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR). No Congresso, a ala governista — leia-se o Centrão — construirá a saída para tentar aliviar o bolso do consumidor. Enquanto isso, o ministério da Economia, capitaneado por Paulo Guedes, fará juras de amor à responsabilidade fiscal, comprometida pelas propostas de emendas constitucionais em discussão no Parlamento. No Planalto, o presidente Jair Bolsonaro, com um pé em cada prancha, tentará ver se consegue passar a ideia

de que pensa no bolso do contribuinte, ao mesmo tempo em que cumpre os princípios definidos por sua equipe econômica.

Nesse cenário e a contar pela disposição dos congressistas, a prancha do lastro fiscal, onde Bolsonaro tenta firmar um dos pés, está a cada dia mais bamba, uma vez que os políticos vão jogar para a plateia, de olho na reeleição em outubro. E a crise fiscal que seja resolvida em 2023. Seja pelo próprio Congresso, em caso de avançar a discussão do semipresidencialismo no Parlamento, ou pelo presidente eleito, seja quem for.



CURTIDAS



Assessora MDB/Divulgação

A turma de Simone/ O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) não passa um dia sem conversar com a pré-candidata do MDB à Presidência da República, Simone Tebet (MS, foto). É ali que os tucanos adversários de João Doria vão buscar um abrigo.

Está difícil, mas.../ Alguns emedebistas, antes descrentes das chances da senadora, apontam que Tebet, aos poucos, vai construindo uma base. Já tem Elena Landau na equipe econômica, Germano Rigotto na coordenação do programa de governo e o presidente do partido, Baleia Rossi, empenhado de fato na coordenação política.

... eles vão caminhando/ Tanto Tebet quanto Sergio Moro têm, hoje, os respectivos partidos engajados na construção de seus nomes. O pré-candidato do PSDB, João Doria, não tem essa sorte.

E o Renan, hein?/ É visto como um dos poucos que hoje joga abertamente para que o MDB apoie Lula logo no primeiro turno. Se insistir nessa tese, corre o risco de ver a legenda na mesma situação vivida atualmente pelo PSDB.

INVESTIGAÇÃO / Integrantes do órgão informam a senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid que abriram inquérito com base no relatório final do colegiado. Há 18 procedimentos em andamento

MPF apura denúncias da CPI

» LUANA PATRIOLINO

Quatro meses após o fim da CPI da Covid, no Senado, a cúpula do colegiado pressiona as autoridades para que providências sejam tomadas a partir do que foi apurado na Casa. Parlamentares se reuniram, ontem, com procuradores do Ministério Público Federal (MPF) e receberam a informação de que o órgão abriu inquérito com base no relatório final da comissão e 18 procedimentos estão em andamento.

Os procuradores também informaram aos senadores que a flexibilização da lei de improbidade administrativa pode, na prática, beneficiar os investigados pela comissão no ano passado. O Congresso aprovou mudanças na lei em 2021, entre as quais a necessidade de comprovar dolo (intenção) dos agentes públicos para responsabilizá-los. Para o MPF, a alteração, na prática, dificulta a condenação e, consequentemente, pode atrapalhar o combate a irregularidades.

O advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito público, também avaliou que a mudança prejudica investigações. “Comprovar, de fato, a intenção do agente de cometer o ilícito é bastante difícil, inviabilizando, assim, a condenação”, destacou.

Philippe Benoni, advogado especialista em direito público, ressaltou a preocupação com a impunidade. “As alegações de dificuldade de investigação e/ou comprovação desse elemento subjetivo da conduta não podem ser utilizadas como argumento de impunidade”, disse. “Se há poder de investigação, haverá possibilidade de se comprovar o elemento subjetivo, caso realmente exista.”

Na quarta-feira, os senadores Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL) se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Eles pediram que sejam transformadas em inquéritos as petições apresentadas à Corte pelo procurador-geral da República,

Reprodução/Redes sociais



Senadores na reunião com integrantes do MPF: em busca das providências pedidas no relatório

Augusto Aras, que tenham como base relatório em que a comissão pediu o indiciamento de 80 pessoas — entre elas, Bolsonaro.

“A população, profissionais da imprensa, parlamentares e mesmo operadores do direito etc. têm dificuldade para compreender a

natureza jurídica dos procedimentos instaurados nesta Corte a partir do relatório final da CPI”, diz o documento entregue a Fux.

Na avaliação dos parlamentares, Aras não adotou os devidos procedimentos de denúncia ou arquivamento do material levantado pelo grupo. Em outra reunião com Fux, os congressistas solicitaram, também, a derrubada do sigilo das ações protocoladas pelo PGR.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que integrou a CPI da Covid, acredita que a PGR ainda não agiu de maneira incisiva em relação às conclusões do relatório. “Existem algumas instituições que têm respondido de forma positiva a essa necessidade de continuidade de investigações ou da abertura de processos. E outras têm dado respostas muito tímidas, como a Procuradoria-Geral da República, que tem o papel de investigar o presidente e outras pessoas que dispõem de foro especial”, frisou.

Em nota após a reunião, Fux disse que vai analisar os pedidos dos senadores e verificar se há procedimentos possíveis por parte da Presidência da Corte ou se cabe apenas aos relatores dos casos levantar os sigilos.

Ed Alves/CB/D.A Press



A PF cumpriu mandados de busca e apreensão no órgão

PF investiga supostas fraudes no Dnit

A Polícia Federal deflagrou uma operação para apurar fraudes envolvendo servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e empresas responsáveis pela execução e supervisão de obras contratadas pelo órgão no Paraná. Segundo a PF, a Controladoria-Geral da União (CGU) denunciou que os funcionários públicos investigados recebiam vantagens indevidas das empresas.

Denominada Rolo Compressor, a força-tarefa cumpriu 26 mandados de busca e apreensão. A Justiça também autorizou a prisão de um dos investigados e o afastamento cautelar de cinco servidores, além de bloqueio de bens.

A apuração começou em 2015 e descobriu que o esquema funcionava há pelo menos 10 anos, com fraudes na contratação e execução de obras públicas contratadas pelo Dnit no Paraná.

Em apenas um dos contratos sob investigação, com valor contratado superior a R\$ 700 milhões, há constatação de prejuízo de mais de R\$ 60 milhões para os cofres públicos, de acordo com auditoria da CGU.

Por meio de nota, o Dnit informou que colabora com as diligências para a elucidação dos fatos. “O Departamento está em permanente contato com os órgãos de controle e reafirma que pautará sua atuação dentro da

legalidade e lisura, respeitando todos os princípios éticos da administração pública”, diz o comunicado.

A polícia investiga crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foram expedidos um mandado de prisão e mandados de busca e apreensão no Paraná, no Mato Grosso, em Santa Catarina, no Distrito Federal, em Minas Gerais e em São Paulo. A ação também contou com o apoio da Receita Federal. (LP)